

Brasília: a raiz dos problemas

A. GOMES DA COSTA

O velho Eugênio Gudin acusa o presidente Juscelino Kubitschek de ter gerado, com a construção de Brasília, um câncer inextirpável nas finanças da República. Nunca mais acabaremos com a inflação, previa o antigo ministro da Fazenda, inconformado com os gastos descontrolados feitos para se efetivar a mudança da capital para o Planalto.

Depois de Brasília, vieram outras causas para alimentar o processo inflacionário e abrir buracos nas contas do Tesouro, mas as palavras proféticas de Gudin, pelo menos até hoje, ainda não foram desmentidas: sucederam-se os governos, vieram os anos do "milagre", elaboraram-se planos de estabilização, aumentou-se a carga fiscal e pouco adiantou o esforço para acabar com a inflação reincidente e abusada que nos consome. É uma das penitências com que pagamos o desperdício e a malversação dos dinheiros públicos.

No entanto, se para os estudiosos das finanças a construção de Brasília está intimamente ligada tanto à idéia de "gastar sem limites", como à origem dos déficits orçamentários, tal o tamanho das verbas enterradas no projeto de Niemeyer e de Lúcio Costa; se a cidade já não recebe, como acontecia nos anos 60, os tijolos de

avião, nem vende, nas lojas para turistas, os frascos com saibro vermelho; se o que está feito está feito e não falta quem aponte as vantagens que advieram para o país com a interiorização da capital; se já não existe mais a resistência dos funcionários para se transferirem e nem é preciso pagar o salário em dobro para a **no-menklatura** ocupar a Esplanada dos Ministérios; se a população de Brasília chega aos dois milhões e começou a libertar-se dos condicionamentos marxistas impostos pelo traçado das superquadras e está a apagar as marcas psicológicas deixadas por um estilo de vida em que o Estado era o guião e o cangango a peça — a verdade é que uma dúvida trespassa de novo o país inteiro: **será o Brasil governável de Brasília?**

Com o passar do tempo, com os escândalos da política, os vícios do Poder e as mazelas da burocracia, tem-se a impressão cada vez mais forte de que para além do despreparo dos agentes e das facilidades do sistema, o ambiente e o isolamento de Brasília concorreram, sem sombra de dúvida, para muitas das nossas tragédias coletivas e para o colapso da governabilidade.

Metida numa "ilha de fantasia", vivendo numa cidade sem esquinas, sem passeios, sem cheiro do povo e sem gosto de sonho; sujeita a **lobbys** e a influências do compadrio, onde as linhas da ética são atingidas pelos interesses e pelo estômago; ouvindo o eco da própria voz e afastada da

opinião pública, essa classe dirigente — no Executivo, no Parlamento, nos tribunais superiores ou nas estatais — acaba por dirigir o país pelo lado do avesso da sua realidade; os problemas nacionais são tratados nas quadras de tênis do Clube do Congresso, enquanto se definem políticas na hora dos aperitivos dos restaurantes da Asa Sul. Podem estar em Manaus ou em Porto Alegre, os homens são os mesmos; entretanto, governar de Brasília um país com a dimensão do nosso, com tantos desafios, não é a mesma coisa que fazê-lo do Rio ou de São Paulo. E como querer chegar à Índia usando a bússola e os portulanos tendo o Lago de Paranaíba como rota...

Talvez o presidente Juscelino e os que defenderam a mudança da capital não tivessem pensado nisso. E a nossa geração paga o preço — pelo menos até que haja coragem para se tomar uma decisão histórica: a de deixar Brasília seguir o seu destino de grande cidade e de pólo de desenvolvimento e de interiorização, mas libertá-la do peso do Governo, da máquina administrativa e da tralha que a incomoda e que está na raiz de muitos dos nossos males.

Despoletar a relação que existe entre a realidade do país e a fantasia, deve ser uma das nossas preocupações: os mitos não duram sempre.

A. Gomes da Costa é presidente do Real Gabinete Português de Leitura.